

Senado aprova Gonet por mais dois anos na PGR

A indicação foi aprovada por 45 votos favoráveis e 26 contrários

Por Gabriela Gallo

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (12), a recondução de Paulo Branco Gonet para o cargo de procurador-geral da República (PGR) para o biênio 2026-2027. A indicação de Gonet pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para permanecer na Procuradoria-Geral da União foi aprovada no plenário da Casa por 45 votos favoráveis e 26 contrários. Além de Gonet, o plenário do Senado também aprovou os nomes indicados ao Superior Tribunal Militar (STM), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Anteriormente, o PGR foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por 17 votos favoráveis e dez contrários. A mensagem presidencial da indicação de Gonet foi analisada sob relatoria do senador Omar Aziz (PSD-AM). Em seu parecer, Aziz destacou que o indicado conduziu seus trabalhos frente a PGR “de forma técnica em centenas de ações penais e acordos de não persecução, inclusive em face dos principais responsáveis pelo ataque à democracia ocorrido no país, conforme já reconhecido em variadas condenações proferidas pelo Supremo Tribunal Federal”.

Em sua sabatina, Gonet enfrentou resistência de senadores mais alinhados à ala bolsonarista, mas teve o apoio de congressistas governistas e do Centrão. Senadores contrários à sua indicação o acusaram de usar seu cargo

Defesas dos “kids pretos” negam participação no golpe

As defesas de mais quatro réus do chamado núcleo militar da trama golpista negaram à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que eles tenham participado do plano de assassinato do ministro Alexandre de Moraes, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e do vice-presidente Geraldo Alckmin, o plano batizado de “Punhal Verde e Amarelo”.

O julgamento começou na terça-feira (11), quando o colegiado ouviu os advogados de seis acusados, além da manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A maioria dos denunciados pela PGR nesse núcleo é composta por oficiais do Exército com formação em forças especiais – os chamados “kids pretos”. A previsão é que os ministros exponham seu voto no caso na próxima semana.

O primeiro a se manifestar nesta quarta foi Jeffrey Chiquini, advogado do tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo, único réu a acompanhar pessoalmente as sessões de julgamento.

Ele está preso há 11 meses, acusado de fazer parte de uma operação clandestina para o assassinato de Moraes, que ocorreria em Brasília, no dia 15 de dezembro de 2022. A Polícia Federal diz ter identificado dois dos seis integrantes do grupo que teria atuado nesse plano. Azevedo, que utilizaria o codinome Brasil, seria um deles.

No quartel

Documentos apresentados pela defesa do militar mostram, porém, que ele trabalhou no



Gonet ficará mais dois anos à frente da PGR

de maneira conivente para seus ideais políticos e ausente em situações que deveria ser mais ativo. Já aqueles favoráveis à indicação elogiaram sua atuação técnica e discreta, alegando que ele tem cumprido o papel de procurador-geral com respeito à Constituição.

Durante sua sabatina na CCJ, Gonet se defendeu de acusações referentes a condução de seus trabalhos, dentre eles o processo que levou à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O PGR ainda reforçou que conduziu seus trabalhos com a devida cautela que as respectivas situações pediam, independentemente do alvo, e que as denúncias dos atos antidemocráticos contras as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, foram baseadas “exclusivamente em análise do Direito”.

“Da PRG, não saem denúncias precipitadas. As minhas manifestações se deram invariavelmente nos autos dos processos, sem vazamento nem comentário público algum. Não há criminalização da política em si. A tinta que imprime as peças produzidas pela PRG não tem as cores das bandeiras partidárias”, ele reiterou.

Trabalho

Gonet tomou posse como procurador-geral da República em 2023. Nesse meio tempo, seu trabalho de maior destaque foi a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e um grupo de outras 33 pessoas acusadas de participarem de um plano de tentativa de golpe de Estado – que para além de tentar manter o ex-chefe de estado do poder, também planejava o assassinato

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Para acelerar a tramitação do julgamento, Gonet agrupou todos os 34 acusados no mesmo processo, respondendo pelos mesmos crimes, mas separados em grupos, cada qual com sua função no plano. O julgamento de todo o processo da PGR é conduzido na Primeira Turma do STF, que até o momento condenou 15 pessoas. Atualmente, o colegiado da Suprema Corte julga dez réus (nove militares e um agente da Polícia Federal) envolvidos no núcleo três da trama.

Com informações de Senado Notícias e Agência Brasil



Quatro advogados fizeram suas sustentações

quartel em Goiânia durante a manhã e a tarde de 15 de dezembro. A principal prova de acusação é que um dos celulares empregados no plano contra Moraes foi utilizado por Azevedo duas semanas após a operação fracassada.

“Ele colocou o chip em um celular que teria sido utilizado 14 dias depois do fato, um celular que teria sido usado em uma ação clandestina. Há algo mais contra ele? Não”, disse o advogado. “Tudo que tem é: dia 15 de dezembro de 2022 houve uma ação clandestina de monitoramento da residência do ministro Alexandre de Moraes. Catorze dias depois, o celular dá conexão próxima à residência do Azevedo, e um chip com o CPF dele é colocado nesse celular. E esse celular é usado por seis meses. Então, um força especial colocou o seu CPF em um celular usado em uma ação clandestina por seis meses?”, afirmou Chiquini.

Desvinculação

Na sequência, o tenente-coronel por Ronald Ferreira de Araujo Junior foi defendido por Lissandro Sampaio e João Carlos Dalmagro Junior.

Nas alegações finais do caso, a PGR pediu que a acusação contra o militar fosse rebaixada e que ele respondesse somente por incitação ao crime e não pelos cinco tipos penais dos quais são acusados os demais. Além disso, Gonet sugeriu que ele tivesse a faculdade de negociar benefícios penais pertinentes.

A justificativa é que o militar espalhou informações falsas sobre fraudes no processo eleitoral para incitar as Forças Armadas à ruptura democrática, mas não participou de reuniões da trama golpista.

Igor Laboissieri, advogado do tenente-coronel da reserva Sérgio Ricardo Cavaliere, disse que o fato de seu cliente ter, segundo a denúncia, encaminhado texto apócrifo de tom gol-

pista aos seus comandantes não significa que ele concordasse com o seu teor ou tivesse participado do seu planejamento.

A missiva foi divulgada na internet em 29 de novembro de 2022. Sob o título “carta dos oficiais da ativa ao Comando do Exército”, buscava pressionar o então comandante da Força, Marco Antonio Freire Gomes, a apoiar um golpe militar.

“Os próprios superiores hierárquicos dele falam que nunca foram pressionados e que nunca viram Cavaliere tentar pressionar ou convencer nenhum militar. A transmissão não configura o protagonismo de modo algum”, disse Laboissieri. “Ele não produz, não confecciona, ele não assina a carta publicada”, disse.

O último a se manifestar foi Sergio William Lima dos Anjos, pela defesa do policial federal Wladimir Matos Soares. Parte central da tese defensiva foi o isolamento do réu em relação aos demais implicados no caso. Segundo ele, a denúncia é falsa, fragmentária e não há individualização das condutas.

A acusação afirma que Wladimir era responsável por monitoramentos, mas a defesa rebate dizendo que o policial não tinha contato com os demais réus.

“É um policial federal. Não é um ‘kid preto’. Não existe qualquer liame de indício de presença de Wladimir. Nenhum dos réus o conhecia. Nenhuma das testemunhas o conhecia. Ao analisar o processo, a peça acusatória ficou com esse questionamento. Ao analisar os depoimentos do delator, não há qualquer menção.”

Ana Pompeu (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES



Generais Anísio e Flavio na CCJ do Senado

Senado Federal aprova dois novos ministros para o STM

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (12) as indicações dos generais Anísio David de Oliveira Junior e Flavio Marcus Lancia Barbosa para os cargos de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Na Comissão de Constituição e Justiça, os dois foram aprovados por 26 a 1 pelo colegiado. No plenário, Anísio recebeu 53 votos favoráveis e 1 con-

trário; já Flavio, recebeu 50 votos favoráveis e 1 contrário. Os dois vão entrar nos lugares de Marco Antônio de Farias e Odilson Sampaio Benzi, ambos do Exército Brasileiro, que se aposentaram. As cadeiras destinadas a ministros militares no STM devem ser ocupadas por oficiais-generais da ativa e do posto mais elevado da carreira, de acordo com a constituição.

Anísio

O general Anísio David de Oliveira Junior nasceu em Fortaleza (CE) e ingressou no Exército em 1981, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Ao longo de mais de 40 anos de carreira, foi Comandante Militar do Oeste e Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército.

Flavio

O general Flavio Marcus Lancia Barbosa, natural de Campinas (SP), ingressou no Exército em 1978 e foi declarado aspirante da Arma de Artilharia em 1984. Exerceu funções de relevância, como Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército e Comandante Logístico.



Severino recebeu apoio de senadores paraibanos

Severino Medeiros Ramos Neto é o novo diretor da ANTT

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (12), a indicação de Severino Medeiros Ramos Neto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por 55 votos a favor e 1 contra. Ele ocupará a vaga de Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, nomeado Diretor-Geral da ANTT.

O indicado é graduado

em ciências jurídicas, com mestrado em direito ambiental e atualmente faz doutorado em direito. Tem experiência em direito público, e foi conselheiro seccional da OAB da Paraíba de 2019 a 2024. Foi, ainda, membro consultor da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB, de 2022 a 2024.

Indicação CNMP I

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (12) a indicação de Thiago Roberto Moraes Diaz para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A aprovação foi por 53 a 1.

Indicação CNMP II

O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (12), a indicação de Edvaldo Nilo de Almeida para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foram 54 votos a favor e apenas 3 contrários. Ele foi indicado pela Câmara dos Deputados.

Aprovação

A atuação profissional foi saudada pelo senador Weverton (PDT-MA), relator da indicação, aprovada anteriormente na Comissão de Constituição e Justiça. A indicação de Thiago Diaz também foi saudada pelo senador Jorge Seif (PL-SC) e pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Currículo

Formado em direito pela Universidade Salvador (Unifacs), Almeida é doutor também em direito pela PUC-SP e mestre em direito constitucional pelo IDP, além de possuir pós-doutorados pela Universidade de Salamanca, na Espanha, e pela Universidade de Coimbra, em Portugal.